

A HISTORIOGRAFIA AÇORIANA NA 1ª METADE DO SÉCULO XX

uma tentativa de compreensão

por
José Guilherme Reis Leite*

Este trabalho, tal como o título indica, insere-se num esforço que tenho vindo a desenvolver no sentido de tentar uma interpretação do que penso poder chamar-se *Historiografia Açoriana* e que se traduz num levantamento crítico dos escritos com continuidade que ao longo dos vários séculos sucessivos intelectuais das ilhas empreenderam para explicar a evolução da sociedade açoriana, com as suas ambições, as suas frustrações e limitações e também e principalmente os seus êxitos.

Bem sei que esta designação continua a ser matéria polémica e que um pequeno estudo fragmentado no tempo não é o local para se discutir a questão que só pode ser aprofundada quando se tiver possibilidade de uma visão de conjunto, mas parece-me que o caminho seguido de sucessivas aproximações ao tema, como aquelas que em várias ocasiões tenho tentado, aliás como outros estudiosos¹, é o mais seguro meio de se vir a tomar uma posição fundamentada, crítica e calma sobre o assunto. Ficará, pois, para outra ocasião a discussão do tema *Historiografia Açoriana* e por agora unicamente esta achega que espero possa ser motivadora.

*Doutorado em História Moderna e Contemporânea pela Universidade dos Açores.

¹ Com referência em parte a este período cronológico só conheço um estudo, o de António Santos Pereira, *Historiografia Açoriana (1875-1925). Breve Roteiro*, sep. do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLVI, 1988, pp. 665 a 689.

Os difíceis dias do fim do século XIX, com o entusiasmo pelo movimento autonómico e de descentralização administrativa, e quase logo de seguida com a mudança de regime e a implantação da República, não eram propícios a investigações e reflexões viradas para o passado. A História pode surgir como arma política, ou como ornamento de discursos. Algumas vezes foi mesmo usada neste sentido com mestria, para catalogar as malfeitorias dos governos centrais e da administração lisboeta, mas não se pode em consciência falar de uma escola historiográfica.

A publicar no início do século trabalhos baseados numa séria e profunda investigação temos verdadeiramente um só grande historiador: António Ferreira de Serpa (1865-1939). Nascido na ilha do Faial,² formado no antigo Curso Superior de Letras foi representante diplomático de vários países latino-americanos. Viveu quase toda a sua vida em Lisboa e deixou uma vastíssima obra³ publicada em livros, boletins, revistas e jornais. Os seus temas predilectos estavam ligados aos descobrimentos portugueses, principalmente à questão do descobrimento dos Açores, defendendo o seu conhecimento no séc. XIV; a primitiva colonização das ilhas açorianas, para cujo estudo deu uma enorme contribuição; o estudo da ilha do Faial, com monografias da história local que poderão situar-se entre o que de melhor se escreveu na historiografia portuguesa; a publicação, com notas de grande valor, de textos inéditos de clássicos da historiografia açoriana, como Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas. Tudo isto forma um *corpus* de história, que dificilmente se poderá encontrar entre os outros seus colegas.

A historiografia de Ferreira de Serpa assenta antes de mais num enorme esforço de investigação e todas as suas afirmações pretendem ser fundamentadas com documentos à vista. Como era um polemista feroz e possuidor dum feitio irascível a sua prosa, principalmente a publicada em jornais, é marcada por uma linguagem apaixonada e violenta, o que pode pre-

² Sobre António Ferreira de Serpa, consulte-se, Conde de São Paio “Á memória de António Ferreira de Serpa” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, Vol. II, 1949, pp. 17 a 92 e José Ribeiro dos Santos, “O Sr. Cônsul do Campo Grande”, in Colóquio, Lisboa, 1964, p.61.

³ José Guilherme Reis Leite, “O Historiador António Ferreira de Serpa, a Bibliografia Possível”, in *Bol.do Núcleo Cultural da Horta*, Vol.IX,1989/90, p23 a 50.

judicar um juízo sobre a sua obra. De entre o que escreveu convém realçar a polémica gerada à volta da comemoração do V centenário do descobrimento dos Açores, em 1932, que teve, coerentemente, em Ferreira de Serpa um furioso opositor, que se serviu de todos os meios para desmascarar aquilo que considerava uma farsa, orquestrada com fins propagandísticos que nada tinham com a história. Além dos muitos artigos em vários jornais, com destaque para o *República*, publicou um livro, *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*⁴, que ainda hoje é um clássico sobre a matéria.

Aquém de Ferreira de Serpa, mas elevando-se acima da mediania e pertencendo à mesma geração, convém realçar Marcelino Lima (1869-1961), outro faialense que se dedicou à história do Faial, com os seus *Anais do Município da Horta*⁵ e sobretudo como genealogista, com um belo livro *Famílias Faialenses*⁶, recheado de biografias e outras informações de história social, que elevou aquele género muito acima do que é tradicional na panorâmica histórica açoriana, onde ele foi sempre muito cultivado.

Também investigou e publicou sobre a ilha de S. Jorge, principalmente os concelhos de Calheta e Topo, o Padre Manuel Azevedo da Cunha⁷ (1861-1937) cuja obra julgo ser essencialmente válida pela sólida investigação e divulgação de documentos hoje perdidos. Com obra mais escassa, mas também de boa e segura informação sobre a ilha do Pico, uma das menos estudada do arquipélago, citaremos Francisco Lacerda Machado (1870-1955), genealogista distinto, cujos *Capitães Mores das Lajes*⁸ e *Morgados das Lajes*⁹, são dignos de registo.

⁴ António Ferreira de Serpa, *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*, Porto, Livraria e Imprensa Civilização Editora, 1925, 140 pp. Para contraponto consulte Marquez de Jácome Corrêa, no *Vº Centenário do Descobrimento dos Açores*, P. D., Artes Gráficas, 1932, 162 pp.

⁵ Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)*, Famalicão, Oficinas Gráficas Minerva, 1940, 743 pp. Há uma edição fac-simile, de Fall-River, U.S.A., 1976.

⁶ Idem, *Famílias Faialenses (subsídios para a História da Ilha do Faial)*, Horta, Tipografia Minerva Insulana, 1922, 733 pp.

⁷ Manuel Azevedo da Cunha, *Notas Históricas*. I. *Estudos sobre o Concelho da Calheta (São Jorge)*, II, *Anais do Município da Calheta (São Jorge)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1891, 1064 pp.

A sua obra foi publicada pela Universidade dos Açores com recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos.

⁸ Francisco Soares de Lacerda Machado, *Os capitães-mores das Lajes (Ilha do Pico)*. *Notícia histórica e genealógica*, Lisboa, Livraria Ferin, 1915, 87 p. Toda a obra histórica

Não já na investigação, mas como divulgadores e quantas vezes responsáveis por ideias feitas e menos fundamentadas sobre a história das ilhas, devemos registar Alfredo Luís Campos (1859- ?) com a sua *Memória da visita régia*¹⁰, onde traçou uma história dos Açores e um catálogo de notabilidades e Alfredo da Silva Sampaio (1862-1918) que escreveu uma *Memória sobre a Ilha Terceira*¹¹, muito estimável pelo inteligente plano de publicação que a torna ainda hoje útil e com o mérito de trazer a história a factos quase seus contemporâneos.

Com a intenção de continuar a publicação do *Arquivo dos Açores*, que havia desaparecido com a morte de Ernesto do Canto, e certamente inspirados no que se passava no continente com o *Arquivo Histórico Português*, os sócios açorianos da Sociedade de Geografia reuniram-se em Ponta Delgada, chefiados por Francisco Afonso Chaves¹² (1857-1926), que sendo um cientista não deixou de sacrificar nas aras de etnografia e da história. Desta reunião saiu a decisão de continuar aquela prestigiada colecção e efectivamente publicaram-se mais dois volumes ao longo dos anos de 1904 a 1921, mas já sem o vigor dos tempos do seu fundador.

Durante o período da Iª República editaram-se em Ponta Delgada duas revistas, que não sendo de maneira nenhuma publicações destinadas essencialmente à História, não poderão deixar de ser citadas num estudo que se debruça sobre historiografia. A primeira, dirigida pelo Marquês de Jácome Correia (1882-1937), intitulou-se *Revista Micaelense*¹³ (1918-1921) e foi um interessante repositório de assuntos da actualidade política local, portuguesa e internacional, manifesta-

de Lacerda Machado foi publicada em edição facsimilada pela Câmara Municipal das Lajes do Pico em 1991, o que a torna de fácil acesso.

⁹ Idem, *Os Morgados das Lages (Ilha do Pico)*, separata do Tombo Histórico Genealógico de Portugal, Lisboa, 1915, 21 pp.

¹⁰ Alfredo Luís Campos, *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1903, 674 pp.

¹¹ Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904, 876 p.

¹² José AGOSTINHO, *Francisco Afonso Chaves*, separata do *Bolletino Della Societa Sismologica Italiana*, vol. XXVII, fasc. 2, Napoles, 1927.

¹³ *Revista Michaelense*, Proprietário, director e editor Ayres Jacome Corrêa, Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, nº 1 de Janeiro de 1918, sendo o último número de Setembro de 1921.

mente sob um prisma conservador, mas incontestavelmente de qualidade. Nessa revista, Jácome Correia publicaria um estudo intitulado *História Documental da Revolução de 1821, na ilha de São Miguel*¹⁴ que tem o grande mérito de ressuscitar o interesse pela história como forma de compreender o presente e de dar aos estudos do passado uma temática relacionada com as preocupações do tempo que se vive. A Revolução Micaelense de 1821, a primeira liberal nos Açores, é vista como uma revolta contra o centralismo representado pela Capitania Geral, com a capital em Angra, e ainda como o início da prosperidade e independência sócio-económica da ilha de S. Miguel, que a geração dos anos vinte do nosso século acreditava poder fazer-se sem a unidade do arquipélago.

Aliás, muitos outros escritos desta bela revista são elaborados dentro da mesma perspectiva.

A outra publicação periódica, *Os Açores* (1922-1928)¹⁵, como o próprio nome indica, ao suceder à Revista Micaelense tinha outro programa e outras intenções. Fundada com fins de propaganda exterior das ilhas assumiu um carácter anódino, não obstante a sua bela e moderna qualidade gráfica. Nela colaboraram muitos dos artistas e escritores insulares e para o caso que nos interessa é de destacar a colaboração de Luís Bernardo Leite de Ataíde¹⁶ (1882-1955) no campo da história da arte, popular e erudita, de que foi o introdutor nos Açores, ainda que estudando só os fenómenos artísticos na ilha de S. Miguel, pois nunca chegou a conhecer sequer as restantes ilhas. Teve o mérito, além de introduzir o gosto pela história da arte, principalmente das artes decorativas, de tentar valorizar os aspectos originais da arte açoriana. Ele próprio foi um pintor impressionista de mérito e aí também um regionalista.

¹⁴ Aires de Jácome Correia, “História Documental da Revolução de 1821, na ilha de Sam Miguel para a separação do governo da Capitania Geral da Ilha Terceira”, in *Revista Michaelense*, III (1), Ponta Delgada, Julho de 1920, p. 705-729; III (3) Novembro de 1920, pp. 811-841 (com separata).

¹⁵ *Os Açores*, Ponta Delgada, nº 1, Julho de 1922, terminando a 1ª série em Julho de 1925; uma 2ª série de Janeiro a Dezembro de 1928.

¹⁶ A obra de Luís Bernardo Leite de Ataíde veio a ser recolhida e publicada pela Universidade com o título *Emografia Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 volumes, Coimbra, Imp. da Un., de 1973 a 1976.

Nos anos que se seguiram à 1ª Guerra Mundial¹⁷ vivia-se nos Açores, principalmente no Distrito de Ponta Delgada, uma grande euforia à volta do que se convencionou chamar o 2º movimento autonomista, chefiado por uma plêiade de regionalistas, com pensamento político muito diversificado, mas todos conservadores e opositores às correntes demoliberais do partido republicano.

No campo da história esta geração, cujo líder mais destacado foi José Bruno Carreiro (1880-1955), o melhor biógrafo de Antero de Quental, lançou a ideia de celebração de dois centenários, o IV do nascimento de Gaspar Frutuoso, em 1922 e o V do descobrimento dos Açores em 1932. Evidentemente que estas celebrações não eram inocentes e não se limitavam a uma devoção científica, pois tinham fins políticos e propagandísticos bem visíveis e até confessados.

O primeiro centenário decorreu com relativa calma, se excluirmos a polémica mais ou menos caseira à roda das razões mesquinhas e absurdas por que o titular micalense, Marquês da Praia e Monforte, proibia o acesso público ao original das *Saudades da Terra*, o manuscrito quinhentista do homenageado. Não conseguindo servir-se do autógrafo os centenaristas tiveram de socorrer-se de apógrafos, que consideravam fiéis. Para a historiografia açoriana do futuro o que ficou desta “festa” foram os estudos sobre a vida e obra de Gaspar Frutuoso e a edição¹⁸ do Livro IV, referente à ilha de S. Miguel, do Livro III, referente a Santa Maria e do Livro I.

Rodrigo Rodrigues (1873-1956)¹⁹, genealogista de mérito e um dos primeiros a incluir nos seus estudos as famílias burguesas, publicou uma notável e bem fundamentada biografia de Gaspar Frutuoso. João de

¹⁷ Sobre este assunto, veja-se José Guilherme Reis Leite, “O 2º Movimento Autonomista Açoriano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1990, p. 877 a 883 e principalmente Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999, 489 p.

¹⁸ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro III (Ilha de Santa Maria), Ponta Delgada, Tipografia do Diário dos Açores, 1922, 188 pp. Livro IV (Ilha de São Miguel), Tipografia Diário dos Açores, 3 volumes, 1924 a 1931, 372 + 316 + 339 pp.; Livro I, Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, 1939, 237 pp.

¹⁹ Rodrigo Rodrigues, “Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso” in *Saudades da Terra*, Livro III, Ponta Delgada, 1922, pp. XI a CIX (reeditado na edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1966 e autónoma, em 1991).

Simas (1895-1960)²⁰, bibliotecário e arquivista, deixou importantes estudos bibliográficos sobre o manuscrito *Saudades da Terra*, nesta época feitos sem conhecimento do original, mas já nos anos cinquenta, quando aquele deu entrada na Biblioteca de Ponta Delgada, uma notícia pormenorizada do mesmo, desenvolvendo e aperfeiçoando aquelas que Ernesto do Canto havia publicado.

Quanto ao segundo centenário, o da descoberta dos Açores, em 1932, as coisas não decorreram tão pacificamente, como já tive ocasião de aludir. A data era controversa e o autor do feito, Gonçalo Velho, ainda mais. O que se escreveu em livros e principalmente em jornais daria para uma longa dissertação, mas basta dizer que se escreveram e defenderam as mais absurdas, desconstruídas e não provadas teorias, chegando-se a forjar documentos, a provocar prisões e a desconsiderar sábios e acadêmias, chamados a testemunhar o que cada uma das partes defendia como sendo a verdade. De tudo isto ficaram pelo menos três acções de mérito, de qualidade científica e investigação séria.

Manuel Monteiro Velho Arruda (1873-1950)²¹, médico em Vila Franca (aqui convém abrir um parêntesis para dizer que quase todos estes historiadores que venho citando não tinham qualquer preparação especial no campo da história) preparou uma colectânea de documentos sobre o descobrimento e colonização dos Açores, precedida de um ensaio que o eleva a ombrear com a melhor historiografia portuguesa sobre descobrimentos. Foi autor que escreveu e publicou pouco, mas tudo trabalhos de

Sobre o Rodrigo Rodrigues vide Armando Cortes Rodrigues, “Rodrigo Rodrigues” in Fr. Agostinho de Monte Alverne, *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, 1960, pp. VII a XVII.

²⁰ João de Simas, “Notícia bibliográfica das “Saudades da Terra”, in Idem, p. CXI a CCIII (reeditado na edição do Inst. Cultural de Ponta Delgada, 1972).

Idem, artigos sobre as “Saudades da Terra”, in *Correio dos Açores* de 3, 6 e 27 do VIII e 3 do IX de 1950 (reeditadas na edição do Inst. Cult. De P.D., 1972)

²¹ Manuel Monteiro Velho Arruda, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, precedida de um ensaio crítico, Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, 1932, CLXXXIII + 251 pp.

Sobre Velho Arruda veja-se João Bernardes de Oliveira Rodrigues, “Notícia biográfica do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda” in *Arquivo dos Açores*, vol XV, P.D., 1959, p.V a XXIII e também em separata da *Insulana*, Vol. XX (1959), p.1 a 32.

Olívio Mendes Rocha e Luísa da Cunha Noronha, “Memória Histórica sobre a ilha de Santa Maria, um projecto na obra de Manuel Monteiro Velho Arruda”. No prelo (consultado por deferência do autor).

alta qualidade, e muita investigação sobre a sua ilha natal, Santa Maria, que veio a ser recolhida num XV e serôdio volume do *Arquivo dos Açores*, em 1959, que assim deu a alma ao Criador.

O centenário em causa deu ainda ocasião que o seu inimigo figadal, Ferreira de Serpa, removesse céus e terra para provar o contrário e o absurdo da data e do descobridor, como já escrevi atrás.

Finalmente permitiu também, e não foi um dos seus menores méritos, que o assunto fosse levado à Sociedade de Geografia de Lisboa e à Academia das Ciências, que recusando-se como instituições a tomar partido, não impediram a discussão do assunto no seu seio. Principalmente na Sociedade de Geografia, Gago Coutinho traçou linhas de força fundamentais para a compreensão do descobrimento das ilhas atlânticas e fez entrar a questão nas preocupações de todos os historiadores nacionais dos descobrimentos.

Esta questão do V centenário do descobrimento dos Açores, em 1932, foi ainda incentivo para estudo e aprofundamento de teoria sobre a individualização dos Açorianos dentro da cultura portuguesa, aparecendo numa revista da época, ela também importante no panorama cultural ilhéu, a *Insula*, vários testemunhos sobre estas questões, sendo o mais célebre o de Vitorino Nemésio que criou e definiu o conceito de Açorianidade.

Pelos anos vinte, na ilha Terceira, Gervásio Lima (1876-1945), incansável polígrafo e escritor da corrente ultraromântica, era responsável por pequenas brochuras de divulgação popular de quadros da história dos Açores²², principalmente terceirenses, em que se valoriza o espírito e a acção patriótica e heróica e se consolidavam lendas que vinham de trás e haviam de perdurar: Brianda Pereira, a heroína da batalha da Salga, Paulo da Gama, Gonçalo Velho e D. Violante do Canto. É um fenómeno digno de registo pelo êxito que teve e pela responsabilidade de criação de mitos que iam ao encontro dos mais recônditos sentimentos da psicologia popular, ainda que se possa dizer que em matéria de história foram um verdadeiro desastre.

²² Gervásio Lima, *Figuras do séc. XVI, Terceirenses Ilustres*, Angra do Heroísmo, Tipografia Insulana, 1925, 103 pp.; *A Batalha da Salga. Na Terceira a 25 de Julho de 1581*, Angra do Heroísmo, Tipografia Insulana, 1925, 55 pp.

Vide Bibliografia de Gervásio Lima, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. III, 1945, p. 322 e seguintes.

Nesta mesma época, um outro polígrafo, mas da ilha de São Miguel, Urbano Mendonça Dias (1878-1951) desenvolvia uma grande actividade literária e de historiógrafo, com menos êxito no imediato, mas sem dúvida com melhores resultados a longo prazo. A sua obra é diversificada e marcada essencialmente pela divulgação e por hábitos de contista e romancista. Publicou uma revista, *A Vila*²³, (onde divulgou vária informação recolhida nos Arquivos de Vila Franca do Campo) e dedicou-se a uma interminável obra de divulgação de questões açorianas desde a história da literatura *Literatos Açorianos*²⁴, a vida quotidiana, *Vida de nossos avós*,²⁵ escrevendo mesmo uma *História dos Açores*²⁶, de fraco valor, mas que se deve registar como a única tentativa nesse campo, no fim de tantos anos.

E assim se chegava ao final de uma época que se acaba sem grande brilhantismo e onde o clima de agitação política, de frustrações do desenvolvimento e de progresso económico açoriano e de desconfianças na família das letras caseiras, não havia permitido grandes voos.

Mais uma vez em Portugal se viviam difíceis dias da agitação política, que haviam de levar à instauração de uma penosa ditadura de ventos ultra-conservadores e castradora, pela censura, de iniciativas de livre discussão de ideias e projectos.

Nos Açores, também, foi penosa e traumatizante a implantação do Estado Novo e das suas inovações político-administrativas, onde se gastaram energia e desperdiçaram vontades que poderiam ter sido canalizadas para melhor causa. Contudo, nos finais dos anos trinta, realizava-se em Lisboa o Primeiro Congresso Açoriano que pretendia ser uma reconciliação e um abrir de perspectivas futuras em todos os campos da vida açoriana. Viviam-se dias de euforia, preparavam-se novas formas de administração e

²³ Urbano de Mendonça Dias, *A Vila, publicação histórica de Vila Franca do Campo*, 1 - Misericórdia e Hospital de Vila Franca, 2 - Testamentos e doações à Misericórdia de Vila Franca, 3 - Edificação e reedificação de Vila Franca, 4 e 5 Etnografia da Vila, 6 - Correições. Vila Franca do Campo, S/Tipografia, 1915 a 1927.

²⁴ Idem, *Literatos dos Açores (história)*, Vila Franca do Campo, Emp. Tip. Lda, 1931, 807 pp.

²⁵ Idem, *A vida de nossos avós - estudo etnográfico da vida Açoreana através das suas leis, usos e costumes*, Vila Franca do Campo, Tipografia de "A Crença", IX volumes de 1944 a 1948.

²⁶ Idem, *História dos Açores*, Vila Franca, Emp. Tip. Lda., 284 pp. + índice.

acreditava-se que se iniciaria uma época de prosperidade e progresso, não obstante a guerra que se aproximava e que acabaria inevitavelmente por ter consequências complexas nas ilhas do Atlântico, como efectivamente teve.

No campo da historiografia pontificou e sobressaiu nesta época uma interessantíssima figura de político e intelectual, Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia (1876-1959). Homem culto, viajado, admirador das soluções políticas suíças, republicano moderado eleito senador foi, nos Açores, um entusiasta autonomista e opositor às soluções do Estado Novo. Com vasta e diversificada obra no campo da historiografia publicou, nos anos quarenta, um tríptico sobre a história de São Miguel, que aproveitando a documentação do *Arquivo dos Açores*, traçava um vigoroso e bem alicerçado panorama da história política e social micaelense: *Os Capitães dos Donatários (1439-1766)*; *Os Capitães-Generais (1766-1831)* e *Novas Páginas da História Micaelense (1832-1895)*²⁷. Esta trilogia, que tem a vantagem de encarar de frente toda a problemática da actualidade sócio-política das ilhas nesses complexos anos do pós-guerra, é uma excepção na historiografia que então se fazia e daquela que se continuará a fazer. Lendo e comentando o passado, Faria e Maia estava discutindo os dias do presente e denodadamente defendia os seus projectos para a organização insular. Os seus Capitães-Generais aparecem como os tiranos que, surdos e mudos às justíssimas reclamações dos micaelenses, se fechavam na sua capital, Angra, na ilha Terceira, delapidando, em políticas erradas, os impostos e os tributos forçados dos contribuintes da ilha vizinha e, ainda por cima, vexando-os e humilhando-os com contínuas e despropositadas portarias contrárias aos seus pedidos. Com tais orientações levaram à revolta e à insubordinação, que acabaria por fragmentar, no período liberal, o poder político no Arquipélago. O volume seguinte, *Novas Páginas da História Micaelense*, é a história do sucesso e do progresso da ilha de São Miguel governada pelos seus próprios filhos que conseguem com trabalho e perseverança impor ao governo central a louvada legislação autonomista de 1895, que o nosso autor tentou várias vezes melhorar e fazer progredir durante a sua actuação política.

²⁷ Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *Capitães dos Donatários (1439-1766)* – *subsídios para a história de São Miguel*, Ponta Delgada, Tipografia Oficinas do Diário dos Açores, 1942, 293 pp. (mais 3 edições em 1949, 1972 e 1988). *Capitães Gerais (1766 - 1831)* - *Subsídios para a História de São Miguel e Terceira*, P. D., Tipografia Regional, 1943, 399 pp. (2ª ed., 1988). *Novas Páginas de História Micaelense - Subsídios para a História de São Miguel (1832 - 1895)*, P. D., Tip. Insular, 1947, 324 pp. (2ª ed., 1994)

Para bom entendedor meia palavra bastava. Os distritos autónomos é que convinham e os micaelenses e terceirenses deviam viver como bons vizinhos, mas sem intervenção política na casa alheia. Pela história se provava a teoria, mas para isso era preciso remar contra a maré e fazer história contemporânea, não se refugiando na erudição, no pequeno ensaio e nos longínquos tempos da descoberta e da colonização.

Mas Francisco Faria e Maia era efectivamente a excepção, porque o que caracteriza esta época é a formação de Academias, o Instituto Histórico da Ilha Terceira e o Instituto Cultural de Ponta Delgada, que irão funcionar como o braço armado para a política cultural das Juntas Gerais dos recém-criados Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes. A sua produção, incontestavelmente de grande mérito, é porém a da cultura oficial, agradecida e reverente²⁸. Os seus pareceres corroboram as decisões da Junta Geral, fundamentando-as e justificando-as e não há conflitos nem desacordos. Os académicos são os governantes e por isso é fácil a coordenação das políticas, não obstante a pequena intriga dos bastidores.

A primeira destas Academias foi o Instituto Histórico da Ilha Terceira, fundado em 1942 por uma plêiade de ilustres e notáveis homens chefiados por Luís da Silva Ribeiro (1822-1955) que foi presidente da instituição até ao final da sua vida. Advogado e burocrata sobressaiu como administrativista e etnógrafo e foi a “Alma e a Consciência da nossa ilha e dos Açores”, como magistralmente o definiu Vitorino Nemésio. Como historiador deixou obra de mérito, principalmente no pequeno ensaio de que destaque “Influência das Sesmarias no povoamento da Terceira” e no ensaio de maior fôlego, ultrapassando a historiografia clássica para entrar no campo da história das mentalidades, com o justamente célebre “Ensaio sobre a Açorianidade”²⁹. Como toda esta geração escrevia no Boletim do seu Instituto (n.º 1 em 1943), mas tem obra espalhada por revistas nacionais e estrangeiras e nas páginas de muitos jornais, que foram nesta época, como haviam sido anteriormente, um veículo privilegiado de divulgação de trabalhos de boa cepa científica.

²⁸ Humberto de Bettencourt, presidente do Instituto “Proemio”, in *Insulana*, Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I, n.º 1, 1944, pp. 1 a 4.

²⁹ A obra histórica de Luís da Silva Ribeiro está reunida pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira em *Obras II, História*, Angra do Heroísmo, 1983, 571 pp.

Dos outros sócios, para o caso em apreço, citarei José Agostinho (1888-1978), Henrique Brás (1884-1947), José Augusto Pereira (1881-1969), Corte Real e Amaral (1889-1987), Francisco Lourenço Valadão (1889-1969), Manuel Meneses (1892-1958) e Elmiro Mendes (1904-1954). Os seus interesses eram diversificados, ainda que não tivessem verdadeiramente distribuído previamente temas para uma visão de conjunto programada. Julgo, contudo, poder-se afirmar que formaram uma escola historiográfica marcada pelo nacionalismo.

Elmiro Mendes, que era professor de filosofia, deu o enquadramento teórico com uma palestra intitulada “O ensino da História segundo o conceito nacionalista”³⁰.

Aqui, convém especificar que o nacionalismo português assumiu nos Açores uma faceta especial, que é o patriotismo local, e que os mesmos pressupostos que servem para enaltecer a obra nacional, neste caso através da história, servem também para enaltecer e valorizar a obra regional. Quando surgem conflitos entre as duas visões haverá, evidentemente, a tendência para defender o ponto de vista regional.

Tentarei explicar com um exemplo.

Um dos temas preferidos desta escola nacionalista são os estudos sobre os descobrimentos, numa visão de enaltecimento dos feitos e da prioridade de acção dos portugueses. Estudaram com afinco e paixão as explorações para o noroeste, retomando os trabalhos de Ernesto do Canto, e as viagens dos pré-colombinos, principalmente Henrique Brás com “A descoberta da Terra Nova do Bacalhau” ou “Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador”³¹ e José Agostinho com “Les îles Açores et l’expansion vers l’occident” ou “Sobre a data da viagem do descobrimento de Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador”³², tentando provar a acção

³⁰ Elmiro Borges da Costa Mendes, “O ensino da História segundo o conceito nacionalista” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira.*, vol. I, 1943, pp. 123 e 142. Com separata.

³¹ A obra histórica de Henrique Braz está reunida pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, in *Ruas da Cidade (notas para a toponímia da cidade de Angra, da Ilha Terceira) e outros escritos*, com prefácio de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, 1985, 428 pp.

³² José Agostinho, “Les îles Açores et l’expansion vers l’occident” in *Portugale, Bulletin de Renseignements Politiques et Littéraires*, S.N.I., Lisboa, 1941, nº 68/70, p. 9 a 19. Idem, “Sobre a data da viagem do descobrimento de Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1943, vol. I, nº 1, pp. 41 a 49.

Vid. bibliografia de José Agostinho organizada por Manuel Soares de Azevedo, in *Açoreana*, Bol. da Soc. Afonso Chaves, P.D., Vol. VI, II, s.d., p. 103 a 170.

dos açorianos (alguns em espírito antes de os haver em carne e osso, como jocosamente diria Ferreira de Serpa acerca dos irmãos Corte-Real) e acima de tudo a cronologia das descobertas na costa americana, antes de Colombo. Com tais teorias provocaram polémica e defenderam com a mesma galhardia os pontos de vista das teses açorianas, quer das críticas cerradas de historiadores portugueses, quer de estrangeiros. Henrique Brás sustentou uma polémica viva com Duarte Leite³³ e José Agostinho com Samuel Morison, ambos invocando a prioridade dos açorianos. Os outros historiadores desta escola preocuparam-se com períodos e assuntos vários. José Augusto Pereira, Cónego da Sé de Angra, com a história eclesiástica, de que a *Diocese de Angra na História dos seus Prelados*³⁴ é um clássico; Francisco Lourenço Valadão, advogado e Secretário do Governo Civil, com a história política do liberalismo, principalmente em os *Os dois Capitães Gerais e a 1ª Revolução Constitucional na Ilha Terceira*³⁵, mas sem o brilhantismo de Faria e Maia e sacrificando demasiado à pequena intriga de gabinete, dando contudo, por outro lado, um colorido excitante da política de bastidores, com alguns bons traços de psicologia das massas; Manuel Meneses³⁶, médico, estudando a cronologia do descobrimento dos Açores e da ilha Terceira em especial e fazendo uma leitura, de pretenso patriotismo, da colonização flamenga, vendo nos factos descritos pelos cronistas uma planeada política de recuperação nacional das posições consagradas pelos estrangeiros nalgumas ilhas do arquipélago. É um dos mais representativos autores da historiografia nacionalista, muito audaciosa nas interpretações nem sempre convincentes.

Paralelamente, em S. Miguel, em 1943, criava-se outra Academia, o Instituto Cultural de Ponta Delgada, que não teve uma acção tão marcada na historiografia açoriana, por desde cedo ter diversificado mais os seus interesses, principalmente nas áreas da literatura e etnografia.

³³ Henrique Braz, *obra citada*, p. 217 e seguintes.

³⁴ Cónego Pereira, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Angra do Heroísmo, Editora Andrade, 2 vols., 1950 e 1954, 477 + 143 p.

³⁵ Francisco Lourenço VALADÃO, *Dois Capitães Gerais e a 1ª Revolução Constitucional na Ilha Terceira*, Lisboa, Edições Panorama, 1964, 261 pp.

³⁶ Manuel Menezes, “O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº 5, 1947, pp. 1 a 121 (com separata). Idem, “Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº 7, 1949, pp. 1 a 226 (com separata).

Reuniu, porém, alguns historiadores já nossos conhecidos, (Luís Bernardo Leite de Ataíde, Manuel Monteiro Velho Arruda, Rodrigo Rodrigues e outros) que usaram as páginas da sua revista, a *Insulana* (nº1 em 1944).

Mas a sua obra mais notável no campo da História deve-se a João Bernardo de Oliveira Rodrigues (1903-1995), professor do ensino secundário com preparação específica para esta área, que desenvolveu um notável trabalho na preparação das edições dos clássicos da historiografia açoriana. A sua obra principal é a publicação, com leitura feita pela primeira vez com apoio no original, das *Saudades da Terra*, de Gaspar Fructuoso, numa edição que se prolongou de 1963 a 1987, composta pelos 6 livros do historiador quinhentista, todos eles com anotações e o Livro VI³⁷, o primeiro a ser dado à estampa, com um estudo mais aprofundado, de carácter erudito e de análise de texto, dissertando sobre a época e mentalidade do autor, talvez insistindo demasiado na preocupação de provar o não filipismo de Fructuoso.

Além das *Saudades da Terra*, o Instituto de Ponta Delgada editou (1960-1962), de outro clássico, Frei Agostinho de Montalverne, “*As Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*” com responsabilidade científica também de Oliveira Rodrigues, vencendo assim outra aspiração que vinha dos tempos de José de Torres, em meados do século passado.

O distrito Autónomo da Horta não acompanhou este movimento cultural e só tardiamente, em 1954, fundou o Núcleo Cultural da Horta, que veio a publicar um boletim a partir de 1956, mas sem grande brilhantismo.

Esta geração, nascida nos finais do século XIX e activa na primeira metade do nosso, teve também os seus divulgadores, mestres da prosa, que são responsáveis por muitas ideias divulgadas junto dos jovens que passaram pelos liceus e ainda junto de camadas mais alargadas de público leitor. Corte Real e Amaral, professor de história no liceu de Angra, com biografias heróicas de grandes vultos, como “Ciprião de Figueiredo e Ferreira Drumond”³⁸; Jaime de Figueiredo (1896- ?), mariense, com

³⁷ João Bernardo de Oliveira Rodrigues, “Do Livro VI das *Saudades da Terra*”, in Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, Ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1963, pp. XIII a XLVII.

³⁸ A obra do Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, está recolhida em, *Biografias e outros escritos*, com uma introdução de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, ed. da Câmara Municipal, 1989, 314 pp + índice.

*Rosas de Santa Maria e Ilha de Gonçalo Velho*³⁹, Frederico Lopes (1896-1979) de todos o mais conhecido e com maior êxito, pela prosa artística que usou e pela grande aceitação que tinha junto dum público fiel que o lia e ouvia nos jornais e na rádio. Polígrafo, homem de teatro, etnógrafo e poeta, usou da sua mestria para divulgar páginas cheias de patriotismo e idealismo, como nas biografias de Miguel Corte Real e de Francisco de Ornelas da Câmara ou em monografias de pequena história, como o livro “*Da Praça às Covas. Memórias duma velha rua*”⁴⁰, que iam de encontro ao orgulho de certo modo provinciano dos seus concidadãos, que incontestavelmente se reviam nesses quadros do quotidiano dos dias de glória e fulgor da velha capital dos Açores.

Não se pode deixar de abordar num trabalho sobre historiografia açoriana o movimento de criação e organização de arquivos e bibliotecas, que vinham dar um inestimável suporte aos historiadores, com a recolha e catalogação de muitos documentos dispersos e em risco de se perderem, ao mesmo tempo que apetrechavam e dinamizavam as velhas bibliotecas herdeiras dos fundos conventuais, ou de doações de beneméritos. João de Simas (1895-1960), já nosso conhecido, em Ponta Delgada dinamiza o arquivo criado em 1931 e Baptista de Lima (1920-1996) organiza o de Angra do Heroísmo, criado em 1948. Principalmente a obra de Baptista de Lima, de montagem e instalação do Arquivo de Angra é notável pelo esforço que exigiu, não sendo de menosprezar a publicação do *Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo* (n.º 1 em 1949) em cujas páginas, além dos primeiros roteiros de documentação, apareceram estudos sobre espécies raras, como o do próprio Baptista de Lima sobre “A Fenix

³⁹ Jaime Figueiredo, *Rosas de Santa Maria*, Lisboa, 1940, 159 pp.

Idem, *Ilha de Gonçalo Velho, da descoberta até ao aeroporto*, Lisboa, 1954, 205 pp., ilustrado.

⁴⁰ Frederico Augusto Lopes da Silva, *Miguel Corte Real chefe dos Índios*, Angra do Heroísmo, Tip. Angrense, 1932, 23 p.

Idem, “O Capitão-Mor da Vila da Praia Francisco de Ornelas da Câmara herói da Restauração”, in *Independência*, Revista de Cultura Lusíada, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, ano XXII, n.º 28, Junho de 1963, pp. 3 a 17.

Idem. “Praça ás Covas. Memórias de uma velha rua”. In B.I.H.I.T., Vol. XXIII/XXIV, 1965/66, com ed. Geminada, A H. Tip. Andrade, 1971, 378 p.

Sobre Frederico Lopes e sua obra, consulte-se o catálogo da exposição do centenário, *Um Hino á Terra*, A H, Ed. B.P.A.H., 1996, 386 p.

Angrense”, do Padre Maldonado⁴¹ e o de Maria Luísa Forjaz de Sampaio sobre *O Livro do Tombo do convento de S. Francisco*⁴².

Para terminar direi, porque felizmente a historiografia açoriana teve continuidade, que ao acabar a década de quarenta e ao iniciar-se a seguinte, apareciam dois trabalhos, um no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, em 1948 – “Nota e documentos sobre o comércio de La Rochelle no séc. XVII”, outro no *Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo* em 1953 – “Os Açores e o Comércio do Norte no final do séc. XVII”⁴³ que eram altamente inovadores e anunciavam novas perspectivas e novos caminhos para a História dos Açores e do Atlântico. Era seu autor o malogrado Julião Soares de Azevedo (1920-1953), picoense que se distinguia entre os historiadores portugueses que preparavam a revolução da historiografia nacional do pós-guerra. Com ele estava lançada nos Açores a semente da revista *Annales*, o gosto pela história económica e o alargar dos horizontes da história açoriana aos assuntos do Atlântico e da Expansão europeia. O período acabava, assim, com sementes de esperança.

⁴¹ Manuel Coelho Baptista de Lima, “A Fenix Angrense” - do Pe. Manuel Luís Maldonado”, in *Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo*, vol. I, nº 2, MCML, pp. 113 a 176 e com actualização na edição de *Fenix Angrense*, do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. I, Angra do Heroísmo, 1989, pp 11 a 72.

⁴² Maria Luísa Forjaz de Sampaio, “O Livro do Tombo do Convento de São Francisco de Angra”, Idem, p. 177 a 205.

⁴³ Julião de Soares de Azevedo, “Nota e documentos sobre o comércio de la Rochelle com a Terceira no século XVII”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VI, 1948, p. 1 a 23.

Idem, “Os Açores e o Comércio do Norte no final do século XVII” in *Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo*, vol. II, nº 4-51952-53, pp. 28 a 41 (obra póstuma).

HISTÓRIA GERAL

